Demonstrações Financeiras

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

31 de dezembro de 2013 com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012

| ί | ndice |
|---|-------|
| I | Haice |

| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 01 |
|--|----|
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanços patrimoniais | |
| Demonstração dos resultados | 05 |
| Demonstração do resultado abrangente | 06 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | |



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1440 14º Andar - Centro

80410-201 - Curitiba, PR, Brasil

Tel: (5541) 3593-0700 Fax: (5541) 3593-0719

ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da **Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.** Paranaguá, Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2013, sem modificação. Conforme mencionado na nota explicativa 2.6. durante o exercício de 2013. a Companhia reverteu o ajuste de avaliação patrimonial registrado em anos anteriores, por entender que o mesmo representava uma "reavaliação" de ativos, não permitida pela práticas contábeis adotadas no Brasil após a emissão da Lei 11.638. Em decorrência da reversão de referida avaliação patrimonial, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, auditamos também o ajuste decorrente da referida reversão demonstrada na nota explicativa 2.6. Em nossa opinião, a referida reversão é adequada e foi corretamente efetuada, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar o ajuste descrito na nota explicativa 2.6 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

margo

Curitiba, 14 de fevereiro de 2014.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S. CRC 2SP 015199/O-6 - F - PR

Claudio Camargo

Contador CRC 1PR 038.371/O-1

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais – R\$)

| | | | Controladora | | | Consolidado | |
|-----------------------------------|------|----------|-----------------|-----------------|----------|-----------------|-----------------|
| | Nota | 31/12/13 | 31/12/12 | 01/01/12 | 31/12/13 | 31/12/12 | 01/01/12 |
| ATIVO | 2.6 | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 139 | 1.370 | 42.316 | 53.787 | 3.380 | 43.671 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 10.073 | 7.290 | 7.020 | 13.106 | 12.413 | 12.593 |
| Partes relacionadas - controladas | 13 | 46.983 | 326 | - | 197 | - | - |
| Tributos a recuperar | 7 | 5.355 | 776 | 379 | 6.912 | 808 | 1.618 |
| Demais ativos circulantes | | 2.157 | 1.563 | 903 | 2.664 | 2.798 | 1.825 |
| | | 64.707 | 11.325 | 50.618 | 76.666 | 19.399 | 59.707 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 12 | 11.666 | 9.809 | 8.672 | 11.752 | 9.809 | 8.682 |
| Partes relacionadas – acionistas | 13 | 1.423 | 3.713 | 5.201 | 1.423 | 2.653 | 2.250 |
| Adiantamentos de aluguéis - APPA | | 192 | 217 | 242 | 192 | 217 | 242 |
| Tributos a recuperar | 7 | 4.045 | 250 | 196 | 4.143 | 2.189 | 196 |
| Impostos diferidos | 6 | 1.816 | 5.710 | - | 1.816 | 5.710 | - |
| Demais ativos não circulantes | | 3.009 | 2.044 | - | 3.009 | 2.044 | - |
| Investimentos | 8 | 372.435 | 392.442 | 380.058 | 354.714 | 354.110 | 347.409 |
| Imobilizado | 9 | 202.994 | 182.540 | 127.215 | 238.402 | 216.513 | 160.469 |
| Intangível | 9 | 1.232 | 1.237 | 1.544 | 2.860 | 2.208 | 2.549 |
| | | 598.812 | 597.962 | 523.128 | 618.311 | 595.453 | 521.797 |
| Total do ativo | | 663.519 | 609.287 | 573.746 | 694.977 | 614.852 | 581.504 |

| | | | Controladora | | | Consolidado | |
|--|------|------------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------|
| | Nota | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 01/01/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2012 | 01/01/2012 |
| PASSIVO | 2.6 | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Circulante | | | | | | | |
| Fornecedores | 10 | 10.652 | 11.406 | 7.733 | 12.969 | 12.962 | 9.978 |
| Partes relacionadas - controladas | 13 | 149 | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 27.651 | 8.518 | 1.764 | 31.860 | 9.415 | 3.114 |
| Salários e encargos sociais | | 2.960 | 1.111 | 1.747 | 3.762 | 1.986 | 2.451 |
| Tributos a recolher | 14 | 9.850 | 1.944 | 1.645 | 11.020 | 2.717 | 2.628 |
| Dividendos a pagar | 13 | 13.559 | 3.773 | 8.218 | 13.559 | 3.773 | 8.218 |
| Adiantamentos de clientes | 10 | 9.405 | 4.960 | 3.419 | 12.037 | 5.570 | 4.346 |
| Demais passivos circulantes | 10 | 3.000 | - | 246 | 5.674 | 13 | 246 |
| | - | 77.226 | 31.712 | 24.772 | 90.881 | 36.436 | 30.981 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Provisões para contingências | 12 | 11.742 | 9.585 | 7.557 | 11.772 | 9.585 | 7.557 |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 203.770 | 229.657 | 218.203 | 210.561 | 230.496 | 219.747 |
| Fornecedores | 10 | 1.841 | 7.046 | - | 1.841 | 7.046 | - |
| Partes relacionadas - controladas | 13 | 803 | 592 | - | - | 592 | - |
| Demais passivos não circulantes | 15 | 6.721 | 696 | 868 | 17.905 | 696 | 866 |
| | - | 224.877 | 247.576 | 226.628 | 242.079 | 248.415 | 228.170 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | 16 | 25.936 | 25.936 | 25.936 | 25.936 | 25.936 | 25.936 |
| Reserva de capital | 16 | 282.564 | 282.564 | 282.564 | 282.564 | 282.564 | 282.564 |
| Reservas de lucros | 16 | 52.916 | 21.499 | 13.846 | 52.916 | 21.499 | 13.846 |
| | - | 361.416 | 329.999 | 322.346 | 361.416 | 329.999 | 322.346 |
| Participações não controladoras | | - | - | - | 601 | 2 | 7 |
| | - | 361.416 | 329.999 | 322.346 | 362.017 | 330.001 | 322.353 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 0 | 663.519 | 609.287 | 573.746 | 694.977 | 614.852 | 581.504 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais – R\$, exceto lucro líquido por ação)

| | | Control | ladora | Consolidado | |
|--|----------------|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Nota | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Receitas de serviços prestados Custos dos serviços prestados | 17 18 | 106.645 (81.001) | 84.967 (67.586) | 177.653 (.145.045) | 139.869 (112.003) |
| Lucro bruto | | 25.644 | 17.381 | 32.608 | 27.866 |
| Receitas e (despesas) operacionais Despesas com vendas Despesas administrativas Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 18 18 18 | (575) (6.145) 41.225 | (805) (7.856) (1.329) | (575) (6.948) 31.689 | (805) (8.642) (10.276) |
| Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro | | 60.149 | 7.391 | 56.774 | 8.143 |
| Resultado de participações societárias Equivalência patrimonial | 8 | 18.715 | 22.269 | 24.919 | 24.889 |
| Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras | 19 19 | 113 (25.217) (25.104) | 1.544 (26.877) (25.333) | 1.534 (27.444) (25.910) | 1.934 (27.638) (25.704) |
| Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | 53.760 | 4.327 | 55.783 | 7.328 |
| Imposto de renda e contribuição social Correntes Diferidos | 6 6 | (8.662) (3.894) | - 5.710 | (10.084) (3.894) | (3.006) 5.710 |
| Total do imposto de renda e contribuição social | | (12.556) | 5.710 | (13.978) | 2.704 |
| Lucro líquido do exercício | | 41.204 | 10.037 | 41.805 | 10.032 |
| Lucro atribuível à Acionistas da Companhia Participação dos não controladores | | 41.204 | 10.037 | 41.204 601 | 10.037 (5) |
| Lucro líquido por ação do capital social - em reais | | 1,59 | 0,39 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

| | Nota | Controladora | | Conso | lidado |
|---|------|-----------------------|--------|----------|----------|
| | | 31/12/2013 31/12/2012 | | 31/12/13 | 31/12/12 |
| Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes | - | 41.204 - | 10.037 | 41.805 | 10.032 |
| Resultado abrangente | = | 41.204 | 10.037 | 41.805 | 10.032 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais – R\$, exceto lucro líquido por ação)

| | | | | | R | eserva de lu | ıcros | | | |
|--|------|---------|---------|-------------|---------|--------------|------------|----------|---------------|----------|
| | | | Reserva | Ajuste | | Retenção | <u> </u> | | Participações | |
| | | Capital | de | Avaliação | Reserva | de | Lucros | | não | |
| | Nota | social | capital | Patrimonial | legal | lucros | acumulados | Total | controladoras | Total |
| Em 31 de dezembro de 2011 | | 25.936 | 282.564 | 38.198 | 1.700 | 12.146 | - | 322.346 | 7 | 360.551 |
| Reversão ajuste avaliação patrimonial Em 1 de janeiro de 2012 | 2.6 | - | - | (38.198) | - | - | - | (38.198) | - | (38.198) |
| (reapresentado) | 2.6 | 25.936 | 282.564 | - | 1.700 | 12.146 | - | 322.346 | 7 | 322.353 |
| Lucro líquido do exercício Destinações: | | - | - | | - | - | 10.037 | 10.037 | (5) | 10.032 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 16 | - | - | | - | - | (2.384) | (2.384) | - | (2.384) |
| Transferência entre reservas | | - | - | | 502 | 7.151 | (7.653) | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | | | | |
| (reapresentado) | 2.6 | 25.936 | 282.564 | | 2.202 | 19.297 | - | 329.999 | 2 | 330.001 |
| Lucro líquido do exercício Destinações: | | - | - | | - | - | 41.204 | 41.204 | 599 | 41.803 |
| Constituição de reserva legal | 16 | _ | _ | _ | 2.060 | _ | (2.060) | _ | _ | _ |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 16 | _ | _ | | | _ | (9.787) | (9.787) | _ | (9.787) |
| Transferência entre reservas | 16 | _ | _ | | _ | 29.357 | (29.357) | (3.707) | _ | (3.707) |
| Tanoloronola onillo Todol Vao | 10 | _ | _ | | _ | 23.337 | (29.551) | _ | _ | _ |
| Em 31 de dezembro de 2013 | _ | 25.936 | 282.564 | | 4.262 | 48.654 | - | 361.416 | 601 | 362.017 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------|----------|-------------|----------|
| | Nota | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social | | 53.760 | 4.327 | 55.783 | 7.328 |
| Aiusto | | | | | |
| Ajustes Depreciações e amortizações | 9.3 | 6.977 | 4.646 | 24.957 | 16.848 |
| Juros incorridos | 19 | 24.339 | 26.291 | 24.779 | 26.719 |
| Valor residual do ativo permanente baixado | 9 | 3.916 | 536 | 4.068 | 872 |
| Provisão para devedores duvidosos | 5 | (65) | 83 | (253) | 70 |
| Resultados de participações societárias | 8 | () | | (/ | |
| | | (18.715) | (22.269) | (24.919) | (24.889) |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (2.718) | (1.002) | (440) | 110 |
| Tributos a recuperar | | (4.579) | (451) | (6.104) | (1.183) |
| Partes relacionadas | | (46.297) | 323 | (197) | (403) |
| Demais ativos | | (2.458) | (3.816) | (5.476) | (4.119) |
| Fornecedores | | (754) | 10.339 | 7 | 9.650 |
| Salários e encargos sociais | | 1.849 | (636) | 1.776 | (465) |
| Tributos a recolher | | 7.906 | 240 | 9.272 | 204 |
| Demais contas a pagar | | (2.032) | 3.379 | (5.677) | 3.077 |
| Juros pagos | 11 | (24.160) | (24.070) | (24.367) | (24.498) |
| Dividendos recebidos | 8 | 22.152 | 10.071 | 33.857 | 9.753 |
| Imposto de renda e da contribuição social pagos | | - | (74) | (969) | (3.254) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas aplicações | | | | | |
| das atividades operacionais | | 19.121 | 7.917 | 86.097 | 15.820 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível | 9 | (14.537) | (52.251) | (20.831) | 56.853) |
| Aquisição de investimentos | 8 | (71) | (186) | (18.146) | (186) |
| Caiva a anuivalentee de caiva líquidae anlicadae às atividades de | | <u> </u> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados às atividades de investimentos | | (14.608) | (52.437) | (38.977) | (57.039) |
| | | (1.11000) | (02:107) | (00.01.7) | (07.000) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | (2.222) | | (0.000) |
| Dividendos pagos aos acionistas | | - | (6.829) | - | (6.829) |
| Amortização de empréstimos partes relacionadas | | 1.456 | 1.488 | 1.456 | - |
| Ingresso de empréstimos | 11 | 145 | 11.977 | 10.899 | 12.093 |
| Amortização de empréstimos | 11 | (7.345) | (3.062) | (8.668) | (4.336) |
| Caixa e equivalentes de caixa liquidos gerados (aplicados) pelas | | | | | |
| atividades de financiamento | | (5.744) | 3.574 | 3.287 | 928 |
| (Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | (1.231) | (40.946) | 50.407 | (40.291) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 1.370 | 42.316 | 3.380 | 43.671 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 139 | 1.370 | 53.787 | 3.380 |
| • | | | | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 29 de janeiro de 1864, com sede e filiais em Paranaguá-PR, São Francisco do Sul-SC e Guarujá-SP. Tem por objetivo principalmente a prestação de serviços de: armazenagem de cargas; operações portuárias; cargas a granel (importação e exportação) e carga geral; comissária de despachos aduaneiros; desembaraço de cargas, terminais de cargas e de contêineres, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos, transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá – PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo sido emitido em 16 de maio de 2008 e sua última renovação efetuada em 08 de dezembro de 2013 conforme exigências da norma SEP (Secretaria Especial de Portos) nº 111, com validade até 08 de dezembro de 2018. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as taxas de pesagem, INFRAMAR e INFRAPORT à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato de arrendamento nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá – PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 03 de setembro de 2012. Este contrato de arrendamento possui duração de 20 (vinte) anos, tendo sua vigência até 2022, com previsão de prorrogação por igual período, podendo vigorar até 2042.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSFS" em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul - SC; A referida habilitação é renovada a cada dois anos, tendo sua última renovação em 03 de dezembro de 2013 com validade até 03 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

A Companhia também opera o REDEX (Recinto Especial de Despacho para Exportações) na cidade do Guarujá - SP, através da habilitação obtida em 16 de maio de 2008, cuja publicação ocorreu no D.O.U. de 21 de maio de 2008 através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 41 da 8º SSRF da Receita Federal do Brasil. A habilitação para funcionamento do REDEX é renovada anualmente, sendo a última renovação obtida em 25 de abril de 2013 com vencimento em 24 de abril de 2014.

A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfandegamento a título permanente de sua unidade de armazenagem de granéis sólidos, filial que está inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.716.144/0005-74, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e a correspondente rede de esteiras que liga a estrutura ao porto público. O alfandegamento obtido possui validade até 27 de janeiro de 2025.

Em 16 de março de 2010, foi aprovada em assembleia de acionistas a emissão de 7.438.881 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 18,8193 por ação, as quais foram subscritas pelo novo acionista Rio Barigui Participações S.A., pelo valor total de R\$ 139.995, tendo sido integralizado o montante de R\$ 79.995 no ato e R\$ 60.000 integralizadas no exercício de 2011.

Em 13 de maio de 2011, foi aprovada em assembleia de acionistas a alteração da razão social de Rocha Top Terminais e Operadores Portuários S.A. para Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Em 30 de novembro de 2011, foi aprovada em ata da assembleia a emissão de 7.604.422 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pelos dois acionistas da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

1.1 Participações Societárias

1.1.1 Controladas

Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. "Porto Seco"

Sociedade limitada, com sede na Cidade de São Francisco do Sul - SC. Tem como atividade principal a operação e exploração, através de permissão, de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco (EADI) de São Francisco do Sul - SC, para carga geral, podendo receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação. As operações do EADI estão em conformidades com os termos e condições do Edital de Licitação - Concorrência SRF/SRRF/9ª RF - N° 03/98 e Contrato de Permissão, além do Termo Aditivo n° 02/2005, objeto do contrato n° 15/2004, firmado entre a União por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal e a Porto Seco. O prazo de vigência da Permissão de operação é de 10 anos, contados a partir de maio de 2006, renováveis por mais 10 anos.

Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda. "Sistecon"

Incorporada integralmente pela Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 30 de setembro de 2013. Esta sociedade limitada possuía sede em Paranaguá – PR, e filiais nas cidades do Guarujá - SP e São Francisco do Sul - SC. Suas atividades e operações com terminais de cargas e de contêineres, inspeção, lavagem, reparo e armazenamento de contêineres, transportes de contêineres vazios, entre outras, atualmente são desempenhadas pela Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Rio Bacacheri Participações S.A. "Rio Bacacheri"

Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem por objeto a participação em outras empresas do segmento portuário, detendo 100% das ações da SRA-PAR Participações Ltda. e 60% das ações da Vanzin Serviços Aduaneiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

1.1 Participações Societárias -- Continuação

1.1.1 Controladas -- Continuação

SRA-PAR Participações Ltda. "SRA-PAR"

Sociedade limitada, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto social a participação em outras empresas. Em 13 de dezembro de 2011, a SRA-PAR adquiriu 50% das ações da Cattalini Terminais Marítimos S.A..

Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. "Vanzin"

Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande - RS, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações, e ainda armazenagem de granel de importação.

1.1.2 Coligadas

Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda. "Fullport8"

Sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul - SC, que tem por objeto as atividades de operação portuária de granéis de importação e de carga geral, e armazenagem de granel de importação.

Superagui Holding Patrimonial S.A. "Superagui"

Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto a exploração de locação de imóveis compreendendo armazéns e terrenos. Parte substancial dos terrenos e armazéns utilizados pela Companhia são locados da Superagui, tendo a maioria dos contratos um prazo de arrendamento de 20 anos. A Companhia é detentora de ação preferencial de classe especial resgatável (*Golden Share*), que lhe dá poder de proteção quanto a veto em decisões sobre estes imóveis locados a ela, podendo impedir a alienação, criação de gravames, ônus, direitos de retenção, garantias, penhoras, usufruto, entre outros. Também pode vetar alterações de cláusulas dos contratos de locação que versem sobre valores ou reserva de aluguel, prazo de locação, multas e indenizações, hipóteses de rescisão de contratos, regras aplicáveis a benfeitorias, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

1.1 Participações Societárias -- Continuação

1.1.3 Controlada em conjunto -- Continuação

Cattalini Terminais Marítimos S.A. "Cattalini"

Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que explora no Porto de Paranaguá – PR a atividade de armazenagem, embarque e desembarque de navios que transportam granéis líquidos, como óleo de soja, óleo de palma, metanol, derivados, etanol, dentre outros. A Companhia possui 50% das ações da Cattalini. O acordo de acionistas define que o controle é compartilhado com os acionistas detentores dos restantes 50% das ações da Cattalini.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, da controladora e consolidada, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes para 31 de dezembro de 2013.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2014.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto ativos e passivos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

- a) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando da contratação destas operações, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.
- b) <u>Contas a receber de clientes</u> São registradas pelo valor faturado e não tem incidência de juros por serem de curto prazo e estão deduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável.
 - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes.
- c) <u>Imobilizado</u> Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

- d) <u>Intangíveis</u> O ativo intangível é formado por softwares utilizados como ferramentas de gestão. Os ativos intangíveis são amortizados em função da vida útil dos bens.
- e) Investimentos em coligadas coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Para os ativos intangíveis identificáveis, mais valia de ativo imobilizado e ágio decorrente da aquisição de participação societária em coligada, são integralmente reconhecidos no balanço patrimonial como "Investimento". Com exceção do ágio, o qual é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, para os demais ativos com vida útil definida, as suas respectivas amortizações e depreciações são reconhecidas no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial, de forma linear com base na vida útil estimada dos bens, as quais são revisadas no final de cada exercício.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. As políticas contábeis das

coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

f) Investimentos em controladas – são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os lucros não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis - Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

- g) Impairment de ativos não financeiros Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.
- h) <u>Provisões</u> As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- i) Ativos e passivos vinculados à moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária – São convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço e em índices oficiais de atualização monetária.
- j) <u>Passivo circulante e não circulante</u> Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.
- k) <u>Arrendamento</u> Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis - Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

I) Reconhecimento de receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia, quando se trata de contas consolidadas.

A Companhia reconhece a receita no momento em que seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as específicações de cada venda.

A Companhia presta serviços de operações portuárias; armazéns gerais; comissária de despachos aduaneiros: desembaraco de cargas, unitização de cargas e corretagem de cargas de exportação: agenciamento de importações e exportações por conta de terceiros; terminais de cargas e de contêineres, incluindo estacionamento de contêineres cheios e/ou vazios, estacionamento de equipamentos de movimentação e/ou transporte de contêineres, inspeção de contêineres e equipamentos de transporte e movimentação dos mesmos, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos de movimentação e/ou transporte; estufagem e desestufagem; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; transporte rodoviário de cargas e/ou contêineres com veículos próprios e/ou de terceiros. Esses serviços são prestados com base contrato de preco firmado de acordo com a negociação com os clientes, não necessariamente com precos fixos. Os períodos dos contratos, geralmente, têm prazos variados em sua maioria com mais de um ano.

- m) <u>Ajuste a valor presente</u> É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.
- n) <u>Imposto de renda e contribuição social</u> O resultado com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

n) <u>Imposto de renda e contribuição social</u> – Continuação

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. É necessário um julgamento específico para determinar a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, porque há exclusões de receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

o) Estimativas e julgamentos contábeis – As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis - Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

 p) <u>Instrumentos financeiros</u> – Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

<u>Classificação e mensuração</u> - A classificação dos ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia dependerá da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos e contratados. A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2. Base de preparação -- Continuação

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, cujo percentual de participação está demonstrado a seguir:

- Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda 99,98%;
- Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda 99,98%;
- Rio Bacacheri Participações S.A. 100,00%;
- SRA PAR Participações Ltda 100,00%;
- Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. 60,00%.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre: (i) a Companhia com suas controladas e (ii) as controladas, são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados da controlada em conjunto Cattalini e da coligada Fullport8 são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia apenas através do método de equivalência patrimonial, não sendo consolidadas na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.4 Pronunciamentos novos ainda não adotados

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

2.5 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.5 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- Continuação

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

2.6 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

(-) Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial

Saldo reapresentado

Durante o exercício de 2013, a Companhia conclui que o ajuste de avaliação patrimonial relativo a terrenos, registrado em 2011, possuía característica de reavaliação espontânea e decidiu reverter o ajuste. A reversão foi efetuada conforme CPC 23, de forma que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (e 1 de janeiro de 2012) estão sendo reapresentadas, conforme abaixo:

| | Control | ladora | Consolidado | |
|---|----------|----------|-------------|----------|
| Ativo Imobilizado | 31/12/12 | 01/01/12 | 31/12/12 | 01/01/12 |
| Saldo apresentado anteriormente | 220.738 | 165.413 | 254.711 | 198.667 |
| (-) Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial | (38.198) | (38.198) | (38.198) | (38.198) |
| Saldo reapresentado | 182.540 | 127.215 | 216.513 | 160.469 |
| | Control | adora | Consol | idado |
| Patrimônio Líquido | 31/12/12 | 01/01/12 | 31/12/12 | 01/01/12 |
| Saldo apresentado anteriormente | 368.197 | 360.544 | 368.199 | 360.551 |

O terreno sujeito à reversão do ajuste de avaliação espontâneo efetuado pela Companhia foi alienado durante o exercício de 2013, gerando ganho de R\$41.225, registrado como outras receitas operacionais (vide nota explicativa 18).

(38.198)

329,999

(38.198)

322.346

(38.198)

330.001

(38.198)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Principais fontes das estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Eventualmente os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes aplicadas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

<u>Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis identificáveis</u> - Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 "c", a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 "g", a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis identificáveis, decorrente da aquisição de participação societária em coligada, os quais são representados substancialmente pela carteira de clientes e contrato de concessão.

Redução ao valor recuperável do ágio - Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 "g", a Companhia revisa o valor recuperável do ágio decorrente da aquisição de participação societária em coligada anualmente. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Principais fontes das estimativas contábeis -- Continuação

Avaliação de instrumentos financeiros - Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 "p", a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 2.2 "p" oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando há cobertura securitária sobre os riscos prováveis, a Companhia considera como provisão os prováveis gastos com a seguradora.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

| | Controla | idora | dado | |
|----------------------------|----------|-------|--------|-------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Caixa e bancos | 139 | 458 | 1.585 | 2.468 |
| Aplicações financeiras (a) | - | 912 | 52.202 | 912 |
| | 139 | 1.370 | 53.787 | 3.380 |

⁽a) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas por percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5. Contas a Receber

| | Controla | Controladora | | dado |
|--|-------------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Clientes nacionais Clientes exterior Provisão para devedores duvidosos | 8.473 1.837 (237) | 7.585 7 (302) | 11.608 1.837 (339) | 11.986 1.019 (592) |
| | 10.073 | 7.290 | 13.106 | 12.413 |

O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

| | Controladora | | Consoli | dado |
|--------------------------------|--------------|-------|---------|--------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| A Vencer | 9.390 | 6.871 | 11.303 | 10.149 |
| Vencidos até 90 dias | 627 | 300 | 1.410 | 980 |
| Vencidos de 91 até 180 dias | 29 | 11 | 322 | 214 |
| Vencidos acima de 180 dias (a) | 27 | 108 | 71 | 1.070 |
| | 10.073 | 7.290 | 13.106 | 12.413 |

⁽a) Os valores vencidos acima de 180 dias estão demonstrados líquidos da provisão para devedores duvidosos.

O prazo médio das contas a receber é de 16 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (302) | (592) |
| (-/+) Adições/Exclusões | 65 | 253 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | (237) | (339) |

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

6. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

6.1. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentando a seguinte composição:

| - | Con | troladora | Consolidado | | |
|---|---------|-----------|-------------|-------|--|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | |
| Ativo | | | | | |
| Saldo Anterior | 5.710 | - | 5.710 | - | |
| Compensações no exercício | (3.894) | - | (3.894) | - | |
| · - | 1.816 | 5.710 | 1.816 | 5.710 | |
| Composição Imposto de renda e contribuição social sobre | | | | | |
| prejuízo fiscal | 1.816 | 4.569 | 1.816 | 4.569 | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias | - | 1.141 | - | 1.141 | |
| <u> </u> | 1.816 | 5.710 | 1.816 | 5.710 | |

6.2. Reconciliação com o resultado - corrente e diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

| | adora | Consoli | aaao |
|----------|---|--|---|
| 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| | | | |
| 53.760 | 4.327 | 55.783 | 7.328 |
| 34% | 34% | 34% | 34% |
| (18.278) | (1.471) | (18.966) | (2.492) |
| 6.363 | 7.571 | 8.472 | 8.462 |
| (665) | | (3.574) | (3.397) |
| 24 | (25) | 90 | 131 |
| (12.556) | 5.710 | (13.978) | 2.704 |
| (8.662) | - | (10.084) | (3.006) |
| (3.894) | 5.710 | (3.894) | 5.710 |
| (12.556) | 5.710 | (13.978) | 2.704 |
| | 53.760 34% (18.278) 6.363 (665) 24 (12.556) (8.662) (3.894) | 53.760 4.327 34% 34% (18.278) (1.471) 6.363 7.571 (665) (365) 24 (25) (12.556) 5.710 (8.662) - (3.894) 5.710 | 53.760 4.327 55.783 34% 34% 34% (18.278) (1.471) (18.966) 6.363 7.571 8.472 (665) (365) (3.574) 24 (25) 90 (12.556) 5.710 (13.978) (8.662) - (10.084) (3.894) 5.710 (3.894) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

7. Impostos e contribuições sociais a recuperar

| | Controladora | | Consolid | ado |
|-----------------------------------|--------------|-------|----------|-------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| COFINS | 7.047 | - | 7.484 | 1.592 |
| PIS | 1.527 | - | 1.623 | 341 |
| IRPJ e CSLL | 404 | - | 1.238 | - |
| Impostos Retidos na Fonte | 100 | 753 | 353 | 753 |
| ISSQN | 246 | 250 | 281 | 288 |
| OUTROS | 76 | 23 | 76 | 23 |
| | 9.400 | 1.026 | 11.055 | 2.997 |
| Impostos e Contrib Não Circulante | 4.045 | 250 | 4.143 | 2.189 |
| Impostos e Contrib Circulante | 5.355 | 776 | 6.912 | 808 |
| | 9.400 | 1.026 | 11.055 | 2.997 |

<u>PIS e COFINS</u> - O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

<u>Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL)</u> - Corresponde a antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

<u>Impostos Retidos na Fonte</u> - Correspondem ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e contribuições retidas sobre a emissão de Notas Fiscais.

<u>Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN)</u> – representam os valores a serem compensados após o deferimento dos processos de cancelamentos de notas fiscais de serviços protocolados junto as prefeituras onde a Companhia possui operações.

8. Investimentos em Coligadas e Controladas

8.1. Participação Societária

| | no capital social - % | Patrimônio Líquido | Lucro do exercício |
|---|--------------------------|-----------------------|--------------------|
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
| Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. | 99,98% | 22.807 | 1.116 |
| Rio Bacacheri Participações S.A. | 100,00% | 347.963 | 16.999 |
| Fullport8 Oper. Portuária e Armazenagem Ltda. | 28,33% | 71 | 922 |
| Cattalini Terminais Marítimos S.A. | 50,00% | 56.139 | 51.124 |
| Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. | 60,00% | 4.197 | 1.310 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda. | 99,98% | 16.640 | 1.418 |
| Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. | 99,98% | 21.692 | 4.264 |
| Rio Bacacheri Participações S.A. | 100,00% | 352.516 | 16.586 |

Darticinação

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

8. Investimentos em Coligadas e Controladas -- Continuação

8.2. Movimentação do Investimentos

| Controladora | | Consoli | idado |
|--------------|---|---|--|
| 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 392.442 | 380.058 | 354.110 | 347.409 |
| 71 | - | 18.146 | - |
| (22.152) | (10.071) | (33.857) | (9.753) |
| • | | - | |
| (16.177) | - | | |
| (464) | 186 | 17 | 186 |
| | | | |
| - | - | (8.621) | (8.621) |
| 18.715 | 22.269 | 24.919 | 24.889 |
| 372.435 | 392.442 | 354.714 | 354.110 |
| | 2013 392.442 71 (22.152) (16.177) (464) - 18.715 | 392.442 380.058 71 - (22.152) (10.071) - (16.177) - (464) 186 - 18.715 22.269 | 2013 2012 2013 392.442 380.058 354.110 71 - 18.146 (22.152) (10.071) (33.857) - (16.177) - (464) 186 17 - (8.621) 18.715 22.269 24.919 |

Em 30 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da Rio Bacacheri Participações S.A. e, na mesma data, realizou aumento de capital no montante de R\$ 346.000, os quais foram totalmente subscritos e integralizados.

Em 13 de dezembro de 2011, a Rio Bacacheri recebeu em transferência de seus antigos sócios, 100% das quotas de capital da SRA-PAR Participações Ltda. Na mesma data, a SRA-PAR Participações adquiriu 50% das ações da Cattalini Terminais Marítimos S.A. pelo montante de R\$ 346.000. Nesta data foi assinado o "Acordo de Acionistas da Cattalini Terminais Marítimos S.A.", o qual regula as obrigações e direitos dos acionistas da Cattalini. Para fins de consolidação, o saldo de investimento e de equivalência patrimonial são representados integralmente pela participação na empresa coligada Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia firmou participação na Fullport8 Operações Portuárias e Armazenagem Ltda., onde na constituição da sociedade integralizou 28,33% das quotas de capital pelo montante de R\$ 71, sendo as demais quotas de capital integralizadas por outros três sócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

8. Investimentos em Coligadas e Controladas -- Continuação

8.2. Movimentação do Investimentos – Continuação

Em 19 de julho de 2013, a Companhia adquiriu através da Rio Bacacheri Participações S.A.,60% das ações da Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. pelo montante original de R\$ 15.000, o qual foi ajustado subsequentemente com base em condições contratuais para R\$19.801. Nesta data foi assinado o "Acordo de Acionistas da Vanzin entre a Rio Bacacheri e a Superporto Participações Ltda.", o qual regula as obrigações e direitos dos acionistas da Vanzin. Os ativos adquiridos e passivos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

Ativos Adquiridos e passivos assumidos com base em valor de mercado

| GRUPOS DE CONTAS CONTÁBEIS | 100% | 60% |
|--------------------------------|---------|---------|
| Duplicatas a receber | 1.286 | 771 |
| Outros ativos | 3.563 | 2.138 |
| Imobilizado | 8.717 | 5.230 |
| Fornecedores | (433) | (260) |
| Outros passivos | (1.091) | (654) |
| Empréstimos e financiamentos | (3.535) | (2.121) |
| Acervo líquido adquirido (60%) | | 5.104 |
| Goodwill (ágio) | | 14.697 |
| Valor pago | | 19.801 |

Como parte do contrato de aquisição de 60% das ações da Vanzin, foram constituídas garantias de aproximadamente R\$23.000 em nome da Companhia (em forma de escrow account no montante de R\$8.000 mantida em conta bancária específica e restrita dos vendedores da controlada e R\$15.000 em parcelas futuras e ações da própria Vanzin e mantidas pelos vendedores), para fazer frente a eventual contingências existentes antes da data de aquisição. Tais garantia são consideradas suficientes para cobrir eventual risco de desembolso de caixa pela Companhia relacionado a eventual contingências.

8.2. Composição do saldo de equivalência patrimonial

| | Controladora | | |
|--|--------------|--------|--|
| | 2013 | 2012 | |
| Rio Bacacheri Participações S.A. | 17.228 | 16.586 | |
| Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. | 1.116 | 4.265 | |
| Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda. | 371 | 1.418 | |
| Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda. | - | - | |
| | 18.715 | 22.269 | |

Em 2013, para fins de consolidação, o resultado de equivalência patrimonial é representado principalmente pelo ganho na coligada Cattalini Terminais Marítimos S.A., no valor de R\$ 25.562 (R\$ 25.242 em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Imobilizado e Intangível

9.1. Imobilizado - Controladora

| | Terrenos | Edificações e Benfeitorias | Equip. Guindastes | Outros | Total em Operação | Em Andamento | Imobilizado Total |
|---------------------------|----------|-------------------------------|----------------------|---------|----------------------|-----------------|----------------------|
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.602 | 4.960 | 10.056 | 1.277 | 18.895 | 108.320 | 127.215 |
| Aquisição | - | 1.761 | 1.256 | 676 | 3.693 | 56.285 | 59.978 |
| Baixas | - | - | (174) | (4) | (178) | (358) | (536) |
| Transferências | - | - | 7.956 | (31) | 7.925 | (7.925) | - |
| Depreciação | | (409) | (3.322) | (386) | (4.117) | - | (4.117) |
| Saldo contábil, líquido | 2.602 | 6.312 | 15.772 | 1.532 | 26.218 | 156.322 | 182.540 |
| Custo total | 2.602 | 8.914 | 38.903 | 3.390 | 53.809 | 156.322 | 210.131 |
| Depreciação acumulada | - | (2.602) | (23.131) | (1.858) | (27.591) | - | (27.591) |
| Saldo contábil, líquido | 2.602 | 6.312 | 15.772 | 1.532 | 26.218 | 156.322 | 182.540 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.602 | 6.312 | 15.772 | 1.532 | 26.218 | 156.322 | 182.540 |
| Aquisição | - | 2.829 | 680 | 303 | 3.812 | 26.902 | 30.714 |
| Baixas | (2.602) | (841) | (473) | - | (3.916) | - | (3.916) |
| Transferências | - | 103.820 | 18.772 | 5.434 | 128.026 | (128.026) | - |
| Depreciação | | (3.344) | (2.041) | (959) | (6.344) | - | (6.344) |
| Saldo contábil, líquido | - | 108.776 | 32.710 | 6.310 | 147.796 | 55.198 | 202.994 |
| Custo total | - | 118.692 | 58.305 | 9.127 | 186.124 | 55.198 | 241.322 |
| Depreciação acumulada | | (9.916) | (25.595) | (2.817) | (38.328) | - | (38.328) |
| Saldo contábil, líquido | - | 108.776 | 32.710 | 6.310 | 147.796 | 55.198 | 202.994 |

Durante o exercício de 2013, a Companhia reverteu o ajuste de avaliação patrimonial registrado em anos anteriores, por entender que o mesmo representava uma "reavaliação" de ativos, adequando assim referido registro às práticas contábeis adotadas no Brasil após a emissão da Lei 11.638/07 (vide nota 2.6).

9.2. Imobilizado - Consolidado

| | Terrenos | Edificações e Benfeitorias | Equip. Guindastes | Outros | Total em Operação | Em Andamento | lmobilizado Total |
|---------------------------|----------|-------------------------------|----------------------|---------|----------------------|-----------------|----------------------|
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.602 | 20.786 | 18.525 | 1.916 | 43.829 | 116.640 | 160.469 |
| Aquisição | - | 2.365 | 4.470 | 835 | 7.670 | 56.786 | 64.456 |
| Baixas | - | - | (435) | (13) | (448) | (357) | (805) |
| Transferências | - | 8.039 | 7.993 | (68) | 15.964 | (15.964) | - |
| Depreciação | - | (1.722) | (5.360) | (525) | (7.607) | - | (7.607) |
| Saldo contábil, líquido | 2.602 | 29.468 | 25.193 | 2.145 | 59.408 | 157.105 | 216.513 |
| Custo total | 2.602 | 40.701 | 54.061 | 4.827 | 102.191 | 157.105 | 259.296 |
| Depreciação acumulada | - | (11.233) | (28.868) | (2.682) | (42.783) | - | (42.783) |
| Saldo contábil, líquido. | 2.602 | 29.468 | 25.193 | 2.145 | 59.408 | 157.105 | 216.513 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.602 | 29.468 | 25.193 | 2.145 | 59.408 | 157.105 | 216.513 |
| Aquisição | - | 6.694 | 9.820 | 1.088 | 17.602 | 19.406 | 37.008 |
| Baixas | (2.602) | (841) | (625) | - | (4.068) | - | (4.068) |
| Transferências | • | 93.041 | 13.374 | 5.434 | 111.849 | (111.849) | - |
| Depreciação | - | (4.547) | (5.170) | (1.334) | (11.051) | - | (11.051) |
| Saldo contábil, líquido | - | 123.815 | 42.592 | 7.333 | 173.740 | 64.662 | 238.402 |
| Custo total | - | 137.594 | 74.894 | 10.808 | 223.296 | 64.662 | 287.958 |
| Depreciação acumulada | - | (13.779) | (32.302) | (3.475) | (49.556) | - | (49.556) |
| Saldo contábil, líquido | - | 123.815 | 42.592 | 7.333 | 173.740 | 64.662 | 238.402 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Imobilizado e Intangível- Continuação

9.3. Composição da Depreciação e Amortização

| 2013 | 2012 |
|----------|---|
| | |
| (5.986) | (3.750) |
| (633) | (529) |
| (358) | (367) |
| (6.977) | (4.646) |
| | |
| (10.600) | (7.170) |
| (13.906) | (10.058) |
| (451) | (437) |
| (24.957) | (16.848) |
| | (5.986) (633) (358) (6.977) (10.600) (13.906) (451) |

9.4. Intangíveis

Saldo contábil, líquido

| Controladora | | | | 2013 | 2012 |
|-------------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| | Taxa de Amortização | Custo de Aquisição | Amortização Acumulada | Saldo Contábil | Saldo Contábil |
| Softwares | 20% a.a. | 3.772 | (2.608) | 1.164 | 1.110 |
| Demais Ativos | | 68 | - | 68 | 137 |
| Saldo contábil, líquido | _ | 3.840 | (2.608) | 1.232 | 1.237 |
| Consolidado | | | | 2013 | 2012 |
| | Taxa de Amortização | Custo de Aquisição | Amortização Acumulada | Saldo Contábil | Saldo Contábil |
| Softwares | 20% a.a. | 5.784 | (3.004) | 2.780 | 2.018 |
| Demais Ativos | <u>-</u> | 80 | ` _ | 80 | 190 |

Análise do valor recuperável - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

5.864

(3.004)

2.860

Em atendimento ao atendimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou teste de recuperação no saldo do ativo permanente, através da projeção dos resultados futuros. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

10. Fornecedores e outras obrigações

| | Controladora | | Consoli | dado |
|-------------------------------------|--------------|--------|---------|--------|
| | 2013 2012 | | 2013 | 2012 |
| Contas a pagar aos fornecedores (i) | 15.493 | 18.452 | 20.484 | 20.021 |
| Adiantamento de clientes (ii) | 9.405 | 4.960 | 12.037 | 5.570 |
| | 24.898 | 23.412 | 30.680 | 25.591 |
| | | | | |
| Circulante | 23.057 | 16.366 | 28.839 | 18.545 |
| Não circulante | 1.841 | 7.046 | 1.841 | 7.046 |

(i) O saldo de fornecedores refere-se principalmente a contratação de serviços, tais como fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, pedágios, compra de pneus, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, compra de ativo imobilizado, investimentos em novos negócios, aluguel de imóveis e gastos com energia elétrica e água.

O prazo médio de contas a pagar é de 28 dias.

(ii) O saldo de adiantamento de clientes refere-se ao pagamento antecipado dos custos que incorrem nas operações da Companhia, principalmente com a Operação Portuária, onde partes dos valores envolvidos nas operações são antecipados para custear os serviços executados na zona primária do porto organizado.

11. Empréstimos e Financiamentos

| | _ | Controla | dora | Consolio | lado |
|--|------------------------|----------|---------|----------|---------|
| | Taxa média de juros | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Capital de giro | 11,22% a.a. | - | - | 2.596 | - |
| Financiamentos (aquisição de ativos fixos) | % CDI + Spread | 8.208 | 11.153 | 16.182 | 12.157 |
| Leasing | 12,13% a.a. | 1.294 | 1.968 | 1.724 | 2.700 |
| Finame/Finem (BNDES) | 6,39% a.a. | 50.275 | 53.943 | 50.275 | 53.943 |
| Debêntures | CDI + Spread | 171.644 | 171.111 | 171.644 | 171.111 |
| | · | 231.421 | 238.175 | 242.421 | 239.911 |
| Circulante | | 27.651 | 8.518 | 31.860 | 9.415 |
| Não circulante | | 203.770 | 229.657 | 210.561 | 230.496 |
| | | | | | |

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Saldo no início do exercício | 238.175 | 219.967 | 239.911 | 222.861 |
| Captação | 145 | 18.818 | 10.499 | 18.934 |
| Juros incorridos | 24.339 | 26.291 | 24.779 | 26.291 |
| Juros pagos | (24.160) | (24.070) | (24.367) | (24.498) |
| Amortização – principal | (7.345) | (3.062) | (8.668) | (4.336) |
| Custos debêntures amortizados | 267 | 231 | 267 | 231 |
| Saldo no final do exercício | 231.421 | 238.175 | 242.421 | 239.911 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Empréstimos e Financiamentos -- Continuação

O vencimento dos saldos não circulante é como segue:

| | Controla | Controladora | | dado |
|------|----------|--------------|---------|---------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 2014 | - | 25.621 | - | 26.369 |
| 2015 | 40.741 | 41.007 | 43.672 | 41.098 |
| 2016 | 40.052 | 40.052 | 42.105 | 40.052 |
| 2017 | 37.732 | 37.732 | 39.539 | 37.732 |
| 2018 | 37.732 | 37.732 | 37.732 | 37.732 |
| 2019 | 37.732 | 37.732 | 37.732 | 37.732 |
| 2020 | 6.726 | 6.726 | 6.726 | 6.726 |
| 2021 | 3.055 | 3.055 | 3.055 | 3.055 |
| | 203.770 | 229.657 | 210.561 | 230.496 |

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se principalmente à:

BNDES:

Em abril de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na modalidade Finame, cujo montante total captado foi de R\$ 14.808, com amortização a partir de maio de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente.

Em maio de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na modalidade Finem, cujo montante total captado foi de R\$ 39.000, com amortização a partir de julho de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente.

DEBÊNTURES:

A Companhia emitiu 172 debêntures simples, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1.000 cada em dezembro de 2011, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures vencerão em dezembro de 2019 e serão amortizadas em onze parcelas semestrais a partir de dezembro de 2014, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido spread conforme indicado abaixo:

| Endividamento Financeiro Líquido / (EBITDA + Dividendos) ("Razão Dívida EBITDA") | Spread |
|--|------------|
| Razão Dívida EBITDA > 3,5x | 2,90% a.a. |
| 3,5x > Razão Dívida EBITDA > 2,5x | 2,35% a.a. |
| Razão Dívida EBITDA < 2,5x | 2,10% a.a. |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Empréstimos e Financiamentos -- Continuação

GARANTIAS

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES possuem garantias reais. Para a modalidade Finem estão hipotecados os terrenos, benfeitorias, edificações e equipamentos relacionados aos ativos-alvo do financiamento. Na modalidade Finame foi concedida a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos adquiridos.

As debêntures de emissão da Companhia são garantidas pela alienação fiduciária de 50% das ações emitidas pela Cattalini e também pela cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos a emissora em conta vinculada.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS

<u>BNDES:</u> A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,0x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerada a consolidação proporcional "*pro forma*" da participação que a Companhia detém na Cattalini. No caso de não cumprimento deste indicador a Companhia deverá apresentar garantias reais adicionais, que perfaçam no mínimo 130% do saldo devedor atualizado.

<u>DEBÊNTURES:</u> A razão dívida EBITDA (apurado conforme Instrução CVM 527) para as debêntures deverá ser calculada considerando-se o EBTIDA (apurado conforme Instrução CVM 527) da Companhia adicionado do direito a dividendos e juros sobre capital próprio de suas sociedades investidas. O não cumprimento deste indicador permitirá aos debenturistas declarar vencimento antecipado de todas as obrigações.

| Ano | Endividamento Financeiro Líquido / (EBITDA + Dividendos) ("Razão Dívida EBITDA") |
|-------------|--|
| 2012 | 4,50x |
| 2013 | 3,50x |
| 2014 e Após | 3,00x |

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

12. Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Tributários

A Companhia possui ativos e passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios:

| | Controladora | | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------|---------|--------|-------|--------|-----------------------|--------|-------|
| | Depósitos judiciais | | | | | Provis para Contii | | |
| | 2013 | Entrada | Saídas | 2012 | 2013 | Entradas | Saídas | 2012 |
| Tributárias Trabalhistas e | 413 | - | - | 413 | - | - | - | - |
| previdenciários (i) | 266 | 65 | (23) | 224 | 755 | 372 | (30) | 413 |
| Cíveis (ii) | 10.987 | 1.815 | ` - | 9.172 | 10.987 | 1.815 | ` _ | 9.172 |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 11.666 | 1.880 | (23) | 9.809 | 11.742 | 2.187 | (30) | 9.585 |

| Tributárias | |
|---------------------|--|
| Trabalhistas e | |
| previdenciários (i) | |
| Cíveis (ii) | |
| Outras | |

| | | | 00113 | Ulladao | | | |
|--------|---------------|---------|-------|---------|------------------------|--------|-------|
| | Depósitos jud | liciais | | | Provisõ para Contin | | |
| 2013 | Entradas | Saídas | 2012 | 2013 | Entradas | Saídas | 2012 |
| 413 | - | - | 413 | - | - | - | - |
| 352 | 157 | (29) | 224 | 785 | 402 | (30) | 413 |
| 10.987 | 1.815 | - | 9.172 | 10.987 | 1.815 | - | 9.172 |
| - | - | - | - | - | - | - | - |
| 11.752 | 1.972 | (29) | 9.809 | 11.772 | 2.217 | (30) | 9.585 |

Consolidado

Controlodoro

- (i) O montante a título de provisões trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todos os pedidos com fatos geradores antes de 16 de março de 2010 tem reembolso garantido pelo acionista RTP Administração e Participações Ltda., respeitando os prazos limites do acordo de investimentos firmado com a Rio Barigui Participações S.A. Pelo fato de que grande parte destas contingências terem fato gerador anterior a 16 de março de 2010, não há reflexos significativos em contas de resultado.
- (ii) O montante a título de processos cíveis refere-se a discussão judicial com a APPA Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários-SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo.

As ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, são principalmente de natureza trabalhista e cível e em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 1.807, (R\$ 3.208 em 2012) sendo que tais valores encontram-se parcialmente cobertos por direito de reembolso do acionista controlador conforme descrito anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

13. Partes Relacionadas (controladas e acionistas)

13.1. Transações e Saldos - Controladora

| 13.1. Transações e Saidos – Controladora | 2013 | 2012 |
|---|--------------------------|-------------------------|
| Transações | 2013 | 2012 |
| Locação de bens móveis - Porto Seco (i) Locação de bens imóveis Superagui Holding Patrimonial S.A. (ii) | 1.200 (5.872) | 1.200 (3.276) |
| | 2013 | 2012 |
| Ativo circulante – Contas a receber Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. Rio Bacacheri Participações S.A. | 322 561 | 288 |
| SRA PAR Participações Ltda. Mútuo (iv) Rio Bacacheri Participações S.A. Rio Itibere | 2 45.901 197 | - |
| Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda. | 46.983 | 38 326 |
| Ativo não circulante (iii) | 2013 | 2012 |
| RTP Administração e Participações Ltda. Provisão de contenciosos à RTP como perdas prováveis Rocha Empreendimentos Imobiliários | 445 736 | 2.194 331 128 |
| Rio Barigui Participações Mútuo (iv) Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. | 242 - 1.423 | 1.060 3.713 |
| | 2013 | 2012 |
| Passivo circulante – contas a pagar Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. | 149 149 | - |
| | 2013 | 2012 |
| <u>Dividendos a pagar</u> RTP Administração e Participações Ltda. Rio Barigui Participações S.A. | 6.929 6.630 13.559 | 1.928 1.845 3.773 |
| | 2013 | 2012 |
| <u>Passivo não circulante (iii)</u> RTP Administração e Participações Ltda. Porto Seco Rocha Terminais de Cargas (iv) | 803 | 592 - |
| 13.2. Transações e Saldos – Consolidado | 803 | 592 |
| • | 2013 | 2012 |
| <u>Transações</u> Locação de bens imóveis Superagui Holding Patrimonial S.A. (ii) | (5.872) | (3.276) |
| Ativo sivovlento. Centes o veschov | 2013 | 2012 |
| Ativo circulante – Contas a receber Rio Itibere | 197 | - |
| | 2013 | 2012 |
| Ativo não circulante (iii) RTP Administração e Participações Ltda. Provisão de contenciosos à RTP como perdas prováveis Rio Barigui Participações | 445 736 242 | 2.194 331 |
| Rocha Empreendimentos Imobiliários | 1.423 | 128 2.653 |
| | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

13. Partes Relacionadas (controladas e acionistas) – Continuação

13.2. Transações e Saldos - Consolidado - Continuação

| | 2013 | 2012 |
|--|--------|-------|
| <u>Dividendos a pagar</u> RTP Administração e Participações Ltda. | 6.929 | 1.928 |
| Rio Barigui Participações S.A. | 6.630 | 1.845 |
| | 13.559 | 3.773 |
| | 2013 | 2012 |
| Passivo não circulante (iii) RTP Administração e Participações Ltda. | - | 592 |
| | - | 592 |

- (i) A locação de bens móveis consiste em locações de máquinas ao Porto Seco, as quais tem um prazo médio de recebimento de 07 dias.
- (ii) A locação de bens imóveis refere-se a despesas de aluguel que são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A. (N.E. 1.1.2), em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, e, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia firmado entre a RTP e a Rio Barigui.
- (iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica do acordo de investimento firmado entre a RTP Administração e Participações Ltda e a Rio Barigui Participações S.A., que trata sobre as contingências da Companhia. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 445 a receber (R\$ 1.602 em 2012 a receber), reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeito a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores até 16 de março de 2010.
- (iv) Refere-se a mútuo firmado com a controlada Rio Bacacheri Participações S.A. (Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. em 2012) e a Companhia, cujo saldo permanecia integralmente aplicado pela Rio Bacacheri em 31 de dezembro de 2013.. Sobre os valores mutuados são auferidos e recolhidos mensalmente o IOF. O mútuo não possui remuneração e prazo de pagamento definido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

14. Obrigações Tributárias

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| PIS/COFINS a Recolher | - | 587 | 160 | 638 |
| ISSQN a Recolher | 307 | 289 | 337 | 379 |
| ICMS a Recolher | 39 | 1 | 39 | 41 |
| IRPJ e CSLL | 8.055 | - | 8.695 | 97 |
| IRRF | 242 | 137 | 316 | 188 |
| INSS e FGTS | 610 | 324 | 779 | 550 |
| REFIS RFB | 421 | 439 | 421 | 439 |
| FUNDAF | 35 | 17 | 96 | 125 |
| Outros impostos | 141 | 150 | 177 | 260 |
| | 9.850 | 1.944 | 11.020 | 2.717 |

15. Demais passivos não circulantes

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Cobranças Cartorárias | 5 | 5 | 5 | 5 |
| REFIS RFB | 446 | 691 | 446 | 691 |
| Créditos a realizar (i) | 6.267 | - | 6.716 | - |
| Aquisição de Empresas (ii) | - | - | 9.580 | - |
| Outras | 3 | - | 1.158 | - |
| | 6.721 | 696 | 17.905 | 696 |

- (i) Refere-se a créditos de PIS/COFINS auferidos sobre edificações a serem apropriados nos exercícios futuros, os quais possuem uma expectativa de realização em até dois;
- (ii) Refere-se ao valor parcelado (04 parcelas anuais de aproximadamente R\$ 2.400) a pagar à Superporto Participações relativo à aquisição de participação societária na Vanzin.

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social é representado por 25.935.819 ações ordinárias de valor R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 25.935.819 em acões ordinárias subscritas:

| | Quadro de ações | | |
|---|-----------------|------------|--|
| | 2013 | 2012 | |
| RTP Administração e Participações Ltda. | 13.253.848 | 13.253.848 | |
| Rio Barigui Participações S.A. | 12.681.971 | 12.681.971 | |
| | 25.935.819 | 25.935.819 | |

Em março de 2010, foram emitidas 7.438.879 novas ações com ágio, sendo que o acionista Rio Barigui Participações S.A. subscreveu como capital social o montante de R\$ 7.439, tendo integralizado somente R\$ 4.251. A parcela referente ao ágio das ações emitidas foi registrada proporcionalmente, no montante de R\$ 75.744, na mesma data. Em março de 2011, a acionista Rio Barigui Participações S.A., integralizou o saldo remanescente de capital social, no montante de R\$ 3.188, e a respectiva reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 56.812.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

16. Patrimônio Líquido - Continuação

16.1. Capital social e reserva de capital – Continuação

Em 30 de novembro de 2011 foram emitidas 7.604.422 novas ações das quais todas foram subscritas e integralizadas pelos dois acionistas (Rio Barigui e RTP), através do aporte de R\$ 155.000 em dinheiro e de R\$ 2.602 através de um terreno. Destes montantes, R\$ 7.605 foi registrado como capital social e R\$ 149.997 como reserva de ágio na emissão de ações, tendo sido contabilizado na rubrica de reserva de capital.

16.2. Reserva de lucros

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou no limite de 30% acrescido das reservas de capital.

| | 2013 | 2012 |
|----------------------------|---------|--------|
| Lucro Líquido do Exercício | 41.204 | 10.037 |
| Reserva Legal – 5,00% | (2.060) | (502) |

(b) Reserva de retenção de lucros

É constituída com base no excedente de lucros apurado no exercício e cuja aprovação formal para pagamento como dividendos ocorre no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2013, foi proposto dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, no montante de R\$ 9.786 (R\$ 2.384 em 2012), atendendo a legislação obrigatória vigente.

0040

| | 2013 | 2012 |
|---|--------|-------|
| Lucro Líquido do Exercício após Reserva Legal | 39.144 | 9.535 |
| Dividendo mínimo proposto – 25,00% | 9.787 | 2.384 |

O saldo remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 29.357, foi registrado como reserva de retenção de lucros, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 48.654 e supera o valor do capital social da Companhia. A destinação do saldo de reserva de lucros será decidida pela Administração da Companhia e assembléia de acionistas durante o exercício de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Receitas

Demonstramos abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

| | Controla | dora | Consolidado | | |
|---------------------------|----------|----------|-------------|----------|--|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | |
| Prestação de serviços | 121.660 | 98.071 | 200.741 | 159.675 | |
| Deduções da receita bruta | (15.015) | (13.104) | (23.088) | (19.806) | |
| Receita líquida | 106.645 | 84.967 | 177.653 | 139.869 | |

As principais deduções da receita bruta estão demonstradas abaixo:

| | Controla | dora | Consolidado | | |
|---------------------|----------|----------|-------------|----------|--|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | |
| ISS | (3.830) | (3.080) | (4.953) | (4.404) | |
| ICMS | (125) | | (395) | (315) | |
| COFINS | (8.904) | (7.364) | (14.191) | (10.814) | |
| PIS | (1.933) | (1.599) | (3.081) | (2.348) | |
| Serviços cancelados | (223) | (1.061) | (468) | (1.925) | |
| | (15.015) | (13.104) | (23.088) | (19.806) | |

18. Despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

| | Controla | dora | Consol | Consolidado | | |
|---|----------|----------|-----------|-------------|--|--|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | | |
| Custos das operações portuárias | (32.218) | (27.694) | (57.409) | (27.694) | | |
| Serviços de terceiros diretos e indiretos | (15.980) | (13.518) | (29.495) | (30.263) | | |
| Mão-de-obra e encargos | (15.331) | (13.962) | (26.639) | (24.834) | | |
| Encargos de depreciação e amortização | (6.977) | (4.646) | (24.957) | (16.848) | | |
| Locações diversas e aluguéis de imóveis | (9.172) | (6.412) | (11.858) | (10.302) | | |
| Manutenção dos ativos | (3.703) | (2.927) | (5.601) | (5.485) | | |
| Combustíveis e lubrificantes | (1.469) | (1.294) | (2.685) | (2.964) | | |
| Outras despesas operacionais | (4.669) | (7.123) | (5.137) | (13.336) | | |
| Outras receitas operacionais | 43.023 | - | 42.902 | - | | |
| | (46.496) | (77.576) | (120.879) | (131.726) | | |
| Custo dos serviços prestados | (81.001) | (67.586) | (145.045) | (112.003) | | |
| Despesas comerciais | (575) | ` (805) | (575) | ` (805) | | |
| Despesas administrativas | (6.145) | (7.856) | (6.948) | (8.642) | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, | | | | | | |
| líquidas | 41.225 | (1.329) | 31.689 | (10.276) | | |
| | (46.496) | (77.576) | (120.879) | (131.726) | | |
| | | | | | | |

A remuneração da global e anual da Diretoria para o período de 2013-2014 foi aprovada em AGO em 30 de abril de 2013 e corresponde à R\$ 2.455 com encargos (2012-2013 aprovada na AGO de 30 de julho de 2012 o valor de R\$ 1.243 sem encargos). Referidos valores compõem a rubrica despesas administrativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Resultado Financeiro, líquido

A composição dos saldos registrados é como segue:

| | Controladora | | Consolic | lado |
|--|--|--|--|---|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 70 | 1.535 | 1.378 | 1.854 |
| Outras receitas financeiras | 43 | 9 | 156 | 80 |
| Total das receitas financeiras | 113 | 1.544 | 1.534 | 1.934 |
| Despesas financeiras Juros com empréstimos e financiamentos Variação cambial Descontos concedidos IOF sobre operações financeiras Outras despesas financeiras Total das despesas financeiras | (24.339) (8) (239) (166) (465) (25.217) | (26.060) (1) (465) (5) (346) (26.877) | (24.779) (119) (1.332) (429) (785) (27.444) | (26.488) (8) (706) (25) (411) (27.638) |
| Receitas financeiras líquidas | (25.104) | (25.333) | (25.910) | (25.704) |

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as coberturas abaixo indicadas, cujos ramos apontados possuem faixas crescentes de indenização. As importâncias seguradas representam o valor máximo da cobertura por evento, consoante às apólices de seguros vigentes:

| Ramo da apólice | Importâncias seguradas |
|--|---------------------------|
| Operações da Companhia (seguro compreensivo) | R\$ 60.000 |
| Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo) | R\$ 25.000 |
| Responsabilidade civil – administradores (D&O) | R\$ 20.000 |
| Responsabilidade civil – companhia | R\$ 3.000 |
| Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC) | R\$ 2.000 |
| Responsabilidade civil – máquinas em vias públicas | R\$ 900 |
| Seguro de vida em grupo | R\$ 845 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

21.2. Risco de mercado

<u>Risco cambial</u> - A Companhia não está exposta a riscos cambiais, pois suas operações para aquisições de determinados bens do seu ativo imobilizado através de fornecedores estrangeiros está protegida por contratos de hedge. O montante em Euros em 31 de dezembro de 2013, decorrente destas compras é EUR 1.870, equivalentes a R\$ 4.333. Em 2012 o montante é EUR 2.494, equivalentes a R\$ 5.778.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros - Está relacionado a possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

No ativo, estão relacionados primordialmente as aplicações financeiras da Companhia, as quais são mantidas em bancos de primeira linha visando à mitigação deste risco.

No passivo, os empréstimos emitidos às taxas variáveis (primordialmente CDI e TJLP) expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia mantém aproximadamente 94% (2012 – 93%) de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros -- Continuação

21.3. Risco de crédito

Trata do risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia recai, em suma, nos créditos a receber de clientes e no caixa e equivalentes de caixa depositados em bancos e instituições financeiras.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração da Companhia.

21.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de sua Tesouraria, de forma a assegurar a continuidade das atividades.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas premissas acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo aplicados em renda fixa no montante de R\$ 52.202 (R\$ 912 em 2012).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Controladora | | | | |
|--|--------------------|----------------------|---------------------|-----------------|-------------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre 2 e 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2013 Empréstimos e financiamentos (i) Fornecedores e outros passivos (ii) | 27.651 23.057 | 80.793 9.365 | 113.196 | 9.781 - | 231.421 32.571 |
| Em 31 de dezembro de 2012 Empréstimos e financiamentos (i) Fornecedores e outras contas a pagar (ii) | 8.518 16.366 | 66.618 8.334 | 115.516 | 47.523 - | 238.175 24.700 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros -- Continuação

21.4 Risco de liquidez -- Continuação

| | Consolidado | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre 2 e 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2013 (i) Empréstimos e financiamentos (i) Fornecedores e outras contas a pagar (ii) | 31.860 30.680 | 85.777 19.746 | 115.003 - | 9.781 - | 242.421 50.426 |
| Em 31 de dezembro de 2012 Empréstimos e financiamentos (i) Fornecedores e outras contas a pagar (ii) | 9.415 18.545 | 67.457 8.334 | 115.516 - | 47.523 - | 239.911 26.879 |

- (i) Refere-se a: (a) contrato de financiamento da Rocha Terminais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, cujo prazo de vencimento final é em 15 de junho de 2021, no montante de R\$ 50.275 (R\$ 53.808 em 2012); e (b) saldo das debêntures (Nota 11) emitidas em 2011, cujo prazo de vencimento final é em 12 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 172.000.
- (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.